



## Parlamentares derrubam veto ao Refis das microempresas

Congresso restabeleceu o programa para refinanciar dívidas de empresas que optam pelo Simples. Outros 2 vetos foram derrubados e 12 foram mantidos

**E**m sessão realizada ontem, o Congresso Nacional derrubou o veto ao projeto que criou o Refis para pequenas e microempresas. O presidente da Casa, Eunício Oliveira, pediu empenho de deputados e senadores para rejeitar o veto. A derrubada era uma reivindicação de organizações ligadas ao empreendedorismo.

Os parlamentares também derrubaram o veto parcial a dispositivos do projeto que deu origem à lei do Programa de Regularização Tributária Rural. O chamado Refis Rural

permite o perdão da multa sobre dívida dos produtores com o Funrural.

Outro veto parcial derrubado na sessão conjunta foi o que atingia a lei que reformula a carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Foram recolocados na lei mais de 60 dispositivos que haviam sido revogados, como a carga horária de 40 horas semanais para a categoria e a indenização de transporte ao trabalhador.

O Congresso decidiu ainda manter 12 vetos, a maioria por acordo de líderes. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Agripino (E), Eunício pediu aos parlamentares empenho para a derrubada do veto ao projeto do Refis



Roque de Sá/Agência Senado

O relator, Waldemir Moka, defende o projeto em reunião presidida por Flexa Ribeiro e acompanhada por João Alberto

### Proposta permite prontuário digital em hospitais

O armazenamento de prontuários médicos em hospitais poderá ser eletrônico, determina projeto aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Hoje os hospitais são obrigados a

manter prontuários manuscritos dos pacientes por 20 anos. Como o texto aprovado foi um substitutivo ao projeto original, deverá passar por votação complementar na comissão. **2**

### Sai relatório de MP sobre servidores de ex-territórios **4**

### Projeto simplifica importações para pesquisas **8**

### Rejeitada criação de vagas no TRE de São Paulo **7**

### Incentivo a setor de informática tem parecer favorável **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente da CRA, Ivo Cassol ouve Otto Burlier da Silveira em audiência

### País precisa de mais investimento privado em estradas, diz diretor

Em audiência na Comissão de Agricultura, o diretor de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Otto Burlier da Silveira Filho,

defendeu maior participação da iniciativa privada para que o país possa modernizar a infraestrutura de transportes até 2025. **6**

### Eletrobras: dívida de distribuidora divide opiniões em audiência

Em audiência pública ontem sobre a MP que permite a privatização da Eletrobras, parlamentares e diretores da estatal divergiram sobre as

opções para evitar a liquidação de distribuidoras endividadadas da empresa, caso o leilão de venda previsto para maio não seja bem-sucedido. **5**



Waldemir Baretto/Agência Senado

Presidente da comissão que analisa a MP, Eduardo Braga (C) conduz o debate

### Avança proibição de reabertura de prazo para crédito a estados

Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos projeto que proíbe a prorrogação de prazo para que municípios e estados contratem empréstimos autorizados pelo Senado. Para o autor, isso prejudica a responsabilidade fiscal. O texto segue agora para votação em Plenário. **7**

### Falta pessoal para inspecionar trabalho, aponta audiência pública

Debate realizado ontem pela Subcomissão do Estatuto do Trabalho apontou que faltam recursos e pessoal para inspecionar o trabalho em todos os estados do país.

Especialistas também criticaram a falta de segurança que os auditores são obrigados a enfrentar no trabalho de fiscalização. **8**

Rocque de Sá/Agência Senado



Os senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e João Alberto Souza, à mesa, na Comissão de Ciência e Tecnologia

## Aprovada digitalização de prontuários em hospitais

Projeto que objetiva desocupar espaço e facilitar consultas foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia em primeira votação e deve ser confirmado em turno suplementar na próxima reunião

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou substitutivo ao projeto que autoriza o armazenamento eletrônico de prontuários médicos em hospitais. A proposta (PLS 167/2014) será incluída na pauta da próxima reunião da CCT para votação suplementar. Como a decisão terá caráter terminativo, o projeto seguirá para a Câmara.

Autor do substitutivo, Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou que os hospitais são hoje obrigados por lei a manter os prontuários manuscritos dos pacientes por 20 anos, o que provoca a ocupação de pavilhões e outras dependências dessas instituições. O relator ressaltou que o projeto, de Roberto Requião (PMDB-PR), conta com o aval do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Em seu substitutivo, Moka rejeitou emenda da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que estabelecia prazo de 360 dias para a entrada em vigor da norma.

### Certificação

De acordo com o texto, a digitalização de prontuário de paciente será realizada de forma a assegurar a integridade, a autenticidade e a confidencialidade do documento digital. Os métodos de digitalização deverão reproduzir todas as informações contidas nos documentos originais. No processo de digitalização será utilizado certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou outro padrão legalmente aceito.

O projeto estabelece que a

digitalização deverá obedecer a requisitos dispostos em regulamento. Os documentos originais poderão ser destruídos após a digitalização, mas deverão passar por análise obrigatória de uma comissão permanente de revisão de prontuários e avaliação de documentos, especificamente criada para essa finalidade. Ela deverá constatar a integridade dos originais para então avaliar a eliminação definitiva. Os documentos de valor histórico, identificados pela comissão, deverão ser preservados de acordo com a legislação arquivística.

A aprovação do projeto foi comemorada por Regina Sousa (PT-PI) e por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que defendeu a informatização do Sistema Único de Saúde (SUS).

## Grupo de mulheres quer Cerrado patrimônio nacional

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem integrantes da Aliança das Mulheres que Amam Brasília. O grupo apresentou um manifesto em favor da classificação do Cerrado como patrimônio nacional.

O documento solicita agilidade na aprovação da PEC

115/1995, que é analisada em conjunto com a PEC 504/2010, em tramitação na Câmara. As propostas para reconhecer o Cerrado como patrimônio nacional.

Atualmente, enquadram-se nesse status de reconhecimento o Pantanal, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica

e a Serra do Mar.

A presidente da entidade, Cosete Ramos, afirmou que, se o ritmo de devastação continuar, o bioma pode desaparecer.

— Temos que preservar o Cerrado. Isso é importante para as futuras gerações. O presidente Eunício se mostrou sensível ao nosso apelo. Ele disse que vai fazer o possível para nos ajudar.

### Estados

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, localizado em uma grande área do Brasil Central. Com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, se estende por 11 estados: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Jane de Araújo/Agência Senado



Eunício recebe integrantes da Aliança das Mulheres que Amam Brasília

## Gurgacz comemora certificação do Brasil como livre da aftosa

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o anúncio de que o Brasil receberá a certificação de país livre de febre aftosa, com vacinação em 25 estados, e sem vacinação em Santa Catarina e no Distrito Federal. Para ele, trata-se de uma conquista que consolida o



Brasil como líder na exportação de carne.

O senador destacou que Rondônia é exemplo na defesa sanitária animal, o que assegura a qualidade da carne.

— O boi de Rondônia também é chamado de boi verde, pois é criado solto no pasto abundante.

## Telmário denuncia irregularidade em contratação em Boa Vista

A contratação pela Prefeitura de Boa Vista, sem licitação, de empresa para os serviços de limpeza urbana e em comunidades indígenas, coleta de lixo, operação de aterro e coleta fluvial foi criticada por Telmário Mota (PTB-RR).

Ele denunciou irregulari-



dades na contratação, por R\$ 100 milhões, da Sanepav Saneamento Ambiental. Documentos, segundo o senador, indicam que os gastos se referem aos três primeiros anos da gestão de Teresa Surita (PMDB), mas não há comprovação de que os serviços foram prestados, disse.

HÁ 30 ANOS

**O Jornal da Constituinte não foi publicado em 4 de abril de 1988 devido à Semana Santa.**

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

- CAS Intérprete judicial**  
9h Entre 16 itens, o PLC 73/2011, sobre pagamento de honorário de intérprete judicial.
- CDR Orçamento da CBTU**  
9h Audiência sobre a redução orçamentária para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Após, 8 itens.
- CCJ Sabatina para o CNMP**  
10h Sabatina de Valter Shuenquer de Araújo, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, 27 itens, como o PLS 171/2012, que estabelece procedimento licitatório simplificado para medicamentos e material hospitalar da rede pública.
- MP 812/2017 Fundos constitucionais**  
10h30 Audiência pública com representantes da Sudene, da Sudeco, da Sudam e do BNB.
- CDH Brinquedos adaptados**  
11h Na pauta de 26 itens, o PLS 382/2011, que trata da instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.
- CTEC Consumo nas escolas**  
11h Entre os 6 itens da pauta, o PLC 106/2017, que proíbe o apelo ao consumo nas escolas da educação básica.
- MP 820/2018 Migrantes venezuelanos**  
14h Instalação e eleição de presidente e vice.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Abre a pauta o PLS 181/2017 — Complementar, que estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações sobre a validade de atos intrapartidários.
- MP 821/2018 Ministério da Segurança**  
14h10 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 822/2018 Passagens aéreas**  
14h20 Instalação e eleição de presidente e vice.
- CÓDIGO COMERCIAL Negócios**  
14h30 Audiência interativa sobre a uniformização das regras sobre operações societárias e redução dos prazos prescricionais e a melhoria do ambiente de negócios no Brasil.
- MP 809/2017 Compensação ambiental**  
14h30 Análise do relatório.
- MP 814/2017 Energia elétrica**  
14h30 Audiência com a Aneel, entre outros.
- MP 811/2017 Hidrocarbonetos**  
15h Debate com representante do Ministério do Planejamento, entre outros.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Derrubado veto ao Refis das microempresas

O Congresso também rejeitou outros 2 vetos, manteve 12 e considerou 1 prejudicado. O restabelecimento do programa de refinanciamento de dívidas foi reivindicação do setor produtivo

O CONGRESSO DERRUBOU ontem 3 vetos presidenciais, manteve 12 e considerou prejudicado 1 veto relacionado ao Orçamento de 2017.

Um dos vetos derrubados foi ao projeto que instituía o Refis para pequenas e microempresas. O programa de refinanciamento, permitido às empresas que optaram pelo Simples, regime simplificado de tributação, havia sido aprovado pelo Senado no final de 2017. A derrubada do veto (VET 5/2018) era uma reivindicação de parlamentares e organizações ligadas ao empreendedorismo.

O presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira, avisou no início da sessão que os trabalhos durariam até que os vetos fossem votados. Ele lembrou que o destaque para o veto do Refis foi uma decisão da Presidência da Casa e pediu empenho dos deputados e senadores para rejeitar o texto.

— Entendo que nós fizemos aqui vários e vários Refis. Eu, por convicção, tenho até um posicionamento contrário ao Refis, mas, quando chegou a vez dos miúdos, a área econômica pediu o veto — lembrou.

## Parcelas

O projeto (PLC 164/2017 — Complementar) abrangia débitos vencidos até novembro de 2017 e exigia pagamento de, no mínimo, 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. O restante poderia ser quitado em até 175 parcelas, com redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos legais. Para menos parcelas, o texto permitia descontos maiores.

O veto foi ao projeto inteiro. A justificativa foi de que a medida feria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem dos recursos que cobririam os descontos. A decisão vinha sendo duramente criticada por parlamentares porque, em 2017, o governo sancionou a lei que garantiu refinanciamentos às grandes empresas.

— É inadmissível que esse governo que aí está tenha patrocinado tantos financiamentos, beneficiando os grandes empresários, através do perdão das dívidas e, de repente, dê as costas para a micro e a pequena empresa — afirmou a senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

O senador José Pimentel (PT-CE) afirmou que, se o veto não fosse revisto, mais de 600

mil pequenas e microempresas devedoras seriam expulsas do Simples Nacional. Essas empresas, segundo ele, são responsáveis por 2 milhões de empregos. Para Pimentel, o veto foi injusto.

— O veto do Refis foi uma das maiores injustiças a que o Brasil assistiu nos últimos anos. Nós temos hoje 12,5 milhões micros e pequenas empresas que fazem parte do Simples e 59% de todos os empregos existentes no Brasil estão nas micros e pequenas empresas — afirmou.

## Congresso restabelece perdão total da multa em dívida com Funrural

O Congresso também derrubou o veto parcial à lei que atingia dispositivos do projeto (PLC 165/2017) que deu origem à lei que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (Lei 13.606/2018). O chamado Refis Rural permite a renegociação das dívidas de produtores rurais.

Foram 360 votos de deputados e 50 votos de senadores contrários à manutenção do veto. Assim, os dispositivos que haviam sido vetados por Temer seguirão para promulgação e passarão a integrar a lei.

Entre os itens restabelecidos, está o aumento de 25% para 100% de desconto das multas e encargos sobre os débitos acumulados com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Também foi restabelecida a redução da contribuição do empregador à Previdência, de 2,5% para 1,7% da receita da comercialização dos produtos.

Para o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), a derru-



Sessão do Congresso Nacional: parlamentares restabeleceram o Refis para pequenas e microempresas

bada do veto faz justiça aos produtores rurais. Ele afirmou que a carga tributária na agropecuária é muito alta:

— Foi um veto injusto.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o setor rural contribui muito para o crescimento da economia e tem responsabilidade social.

— Quem tem que ter lucro no país é quem produz e trabalha. Vamos recompensar quem trabalha, quem gera empregos e atende ao social — afirmou o senador.

Paulo Rocha (PT-PA) lembrou que a rejeição do veto também beneficiará os produtores da agricultura familiar. Benedito de Lira (PP-AL) acrescentou que pequenos, médios e grandes produtores têm papel relevante no desenvolvimento do país.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP), Cidinho Santos (PR-MT), Acir Gurgacz (PDT-RO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Pedro Chaves (PRB-MS) e outros também apoiaram a derrubada do veto de Temer.

## Com acordo de líderes, parlamentares mantêm outros 12 vetos

Sete dos vetos mantidos foram votados em globo, por acordo de líderes. Um deles foi considerado prejudicado. Os demais oito vetos em pauta foram a votação nominal, na condição de destaques. Cinco foram mantidos e três, derrubados (veja matérias acima).

Um dos vetos mantidos foi o parcial à lei que altera alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem). O trecho vetado reduzia a alíquota para alguns minérios.

Outro foi o veto parcial a trechos da lei que criou a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Também foram mantidos o veto parcial ao complemento de verba de R\$ 1,5 bilhão para o Fundeb na lei do Orçamento da União para 2018 e o veto parcial à lei do regime especial de importação de bens utilizados na exploração de petróleo e gás natural.

O Congresso decidiu manter ainda o veto parcial a dispositivos da lei que autoriza a União a depositar os royalties do petróleo diretamente no banco que emprestou dinheiro a um estado ou município.

Outro veto mantido foi o parcial à lei que obriga a administração de edifícios a fazer a manutenção de seus

## Fica mantida carga horária de 40 horas para agentes de saúde

Outro veto parcial derrubado foi à lei que reformula a carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (Lei 13.595, de 2018). A lei teve origem no PLC 56/2017.

Foram recolocados na lei mais de 60 dispositivos que haviam sido vetados, como a carga horária de 40 horas semanais para a categoria e a indenização de transporte ao trabalhador.

Também foi derrubado o veto à lista de atividades exercidas pelos agentes no atendimento domiciliar à gestante, à criança, aos idosos e aos dependentes químicos. Toda a lista de atividades havia sido vetada por Temer com a justificativa de que poderia ser interpretada como competência privativa do agente, o que já é normatizado pelo Ministério da Saúde e pela Lei 11.350, de 2006.

Parlamentares derrubaram ainda a exigência de que o profissional deva residir na comunidade em que trabalha. Ficou mantida na lei,

entretanto, a obrigação de os agentes passarem por cursos de formação a cada dois anos. Temer havia vetado, alegando que geraria despesa extra.

Em acordo com a categoria, os parlamentares mantiveram o veto à obrigatoriedade de estados e municípios oferecerem curso técnico de carga mínima de 1.200 horas e à determinação para que os agentes notifiquem casos suspeitos de zoonoses.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), a derrubada do veto não gerará gastos para o governo e oferecerá ao cidadão a possibilidade de prestar mais informações para os médicos.

Fátima Bezerra (PT-RN) também apoiou a derrubada do veto que, disse, significou “fazer justiça e garantir dignidade e respeito às categorias essenciais para a saúde preventiva do país”.

Já o senador José Serra (PSDB-SP), ex-ministro da Saúde, destacou que a derrubada do veto foi “um tema decisivo para o país”.

restritiva de direitos em certos casos. O Congresso também manteve o veto parcial à lei que regulamenta a profissão de técnico em biblioteconomia. Foram vetados pontos referentes aos conselhos regionais e federal do setor.

O governo vetou ainda todo o projeto de Antonio Anastasia (PSDB-MG) que estabelece normas gerais para a negociação coletiva no serviço público.

O veto foi mantido, assim como o veto parcial à lei sobre punição a quem cometer crimes ao dirigir. Foi vetada a possibilidade de substituição de pena de prisão por pena

restritiva de direitos em certos casos.

Os parlamentares também decidiram pela manutenção do veto parcial à lei que cria a Agência Nacional de Mineração e do veto a dispositivos da lei que prorrogou a vigência dos benefícios do Recine e da Lei do Audiovisual.

A Presidência da República vetou parcialmente diretrizes para o Orçamento de 2018, o que manteve.

Já o veto parcial à lei que facilita o pagamento de emendas parlamentares foi considerado prejudicado, pois tratava do Orçamento de 2017, já executado.

# Sai relatório sobre incorporação de servidores

Romero Jucá apresentou ontem parecer favorável à medida provisória que incorpora aos quadros da União servidores dos três ex-territórios: Amapá, Rondônia e Roraima

ESTÁ PREVISTA PARA terça-feira a votação da medida provisória que regulamenta a inclusão de servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá nos quadros da União. O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi apresentado ontem na comissão mista que analisa o texto, incorporando 67 das 125 emendas apresentadas pelos parlamentares.

A Medida Provisória 817/2018 regulamenta três emendas constitucionais que trataram da incorporação dos servidores desses ex-territórios. Depois de analisada pela comissão mista, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.

Jucá acatou 67 das 125 emendas apresentadas. Entre elas, uma que estende o direito para aposentados e para o pessoal da administração indireta e outra que reenquadra



Jucá (com a presidente da comissão, deputada Maria Helena) garantiu que processos serão analisados neste ano

servidores de nível auxiliar, como motoristas, telefonistas e vigilantes, no nível médio. O senador pediu agilidade na aprovação do texto, que

segundo ele, contempla várias categorias.

— O relatório procurou fazer justiça aos servidores dos ex-territórios que pedem o en-

quadramento. Nós atendemos emendas de diversos setores e de diversos parlamentares — explicou Jucá

Deputados e senadores,

entretanto, pediram mais tempo para analisar a medida. O senador Telmário Mota (PTB-RR) questionou dados apresentados pelo governo quanto ao número de pessoas beneficiadas e o impacto financeiro da medida.

— O próprio Ministério do Planejamento traz em seus documentos dizendo que Roraima tem uma previsão de 10.300 pessoas — questionou o senador.

Jucá explicou que o número divulgado pelo Ministério do Planejamento é de pessoas inscritas na primeira chamada. Ele também ressaltou que os recursos para os pagamentos já estão garantidos.

— Meu relatório diz que tem R\$ 3 bilhões na funcional programática este ano para pagar ex-territórios. Portanto, os processos serão analisados ainda este ano — prometeu o relator da MP.

## Relator apresenta parecer favorável à MP de incentivos ao setor de informática

Com parecer favorável, foi apresentado ontem o relatório do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) à medida provisória que amplia o prazo para que empresas de informática beneficiadas com isenção de impostos invistam parte de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. A votação da MP 810/2017, no entanto, foi adiada para a próxima terça-feira, em razão de um pedido de vista coletivo dos deputados.

Foram apresentadas 52 sugestões de emendas à MP, mas apenas 21 foram aceitas pelo relator. Entre as alterações, a redução de recursos destinados às instituições científicas,



O presidente da comissão, Paulo Rocha, e o relator, deputado Thiago Peixoto, são favoráveis à medida provisória

tecnológicas e de inovação das próprias empresas beneficiadas com a Lei de Informática. A proposta prevê que, a partir de 2022, só poderão ser investidos 40% do total dos recursos

nessas entidades.

Uma outra alteração é o prazo de até cinco anos para que o relatório das empresas beneficiadas seja aprovado ou rejeitado. Mas a exigência

do envio anual do documento foi mantida. Segundo Thiago Peixoto, a ideia é preservar o fluxo de investimentos já realizados.

— Essa é uma lei que tem a

capacidade, de fato, de colocar o Brasil no século XXI, de gerar mais investimentos em pesquisa, em ciência e em tecnologia — afirmou.

Apesar das emendas, a essência do texto editado pelo governo não foi alterada. A MP modifica as Leis de Informática e da Suframa, ambas de 1991. O presidente da comissão, Paulo Rocha (PT-PA), avaliou que a iniciativa veio em boa hora.

— Acho que a MP vem consertar algumas falhas que existia na lei anterior e, principalmente, direcionando essa verba tão importante para o fortalecimento das pesquisas, da ciência e da tecnologia.

### Vanessa critica pressões sobre o STF em anúncios de jornal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a compra de espaço publicitário na imprensa pelo movimento Vem pra Rua para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a não conceder habeas corpus ao ex-presidente Lula. Ela questionou se grandes grupos econômicos não estariam por trás de tal gesto.

— Será que vem de representantes de conglomerados empresariais do Brasil? São esses que representam, segundo eles, os legítimos interesses do povo brasileiro? — indagou.

A senadora considerou as pressões inaceitáveis.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Medeiros: PT tenta converter caso de Lula em problema nacional

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que o PT tem transformado em nacionais problemas pessoais ou relacionados ao partido. Ele se referiu ao julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula, marcado para hoje, no Supremo Tribunal Federal.

Para o senador, Lula está respondendo pelo que fez em sua administração, como qualquer outra autoridade.

— Lambam suas feridas, resolvam seus problemas, mas não tentem transformar os problemas pessoais do Lula em problema do povo.

Medeiros citou fatos que, disse, indicam que o PT sempre foi “contra o país”, como a rejeição ao Plano Real em 1995.

### Gleisi elogia união da esquerda e aponta ameaça à democracia

Gleisi Hoffmann (PT-PR) saudou a união dos partidos de esquerda contra a escalada de violência política. Para ela, o ato público de segunda-feira no Rio marca um momento difícil para os direitos dos trabalhadores e para a democracia, que considera sob ameaça desde o afastamento de Dilma Rousseff. A senadora acusou políticos e elites de apoiar uma extrema-direita que forma milícias para atentar contra seus opositores.

— Não nos calaremos. Não temos medo dos chicotes, dos relhos, das pedras. Agora vocês têm que ter medo do voto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Ana Amélia defende manutenção de prisão em segunda instância

O não cumprimento da pena a partir da condenação em segunda instância seria um convite ao crime e à impunidade, afirmou Ana Amélia (PP-RS). Segundo a senadora, uma decisão favorável ao habeas corpus de Lula — condenado em segunda instância — significaria uma mudança de posição do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para ela, se o STF considerar que Lula, condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, pode esperar em liberdade até que seu caso transite em julgado, a decisão irá balizar os demais casos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Humberto: “Supremo julga destino do Estado democrático de direito”

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), o que estará em julgamento hoje, no Supremo Tribunal Federal, não é um “mero habeas corpus preventivo”, apresentado pela defesa do ex-presidente Lula. Para o senador, o que estará em jogo é a democracia e o Estado democrático de direito.

— O Estado de direito é fundado no princípio constitucional da presunção de inocência, que garante a qualquer indivíduo, inclusive a Lula, o direito à liberdade, até que não caiba mais recurso. Mas os radicais estão cegos, só querem retirar Lula do processo eleitoral.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Falta consenso sobre distribuidoras da Eletrobras

Participantes de audiência pública discordaram sobre possíveis medidas para evitar a liquidação de distribuidoras endividadadas da estatal, caso as privatizações fracassem

PARLAMENTARES E DIRETORES da Eletrobras divergiram ontem sobre as opções para evitar a liquidação das distribuidoras da estatal, caso o leilão de venda previsto para o final de maio não seja bem-sucedido. O debate ocorreu em audiência pública da comissão mista da medida provisória que possibilitou o início de estudos para a privatização da Eletrobras (MP 814/2017).

Hoje as distribuidoras não têm contratos de concessão vigentes, portanto não precisam de projeto de lei aprovado pelo Congresso para serem privatizadas. A MP trata, entre outros pontos, de questões pendentes das distribuidoras, inclusive sobre as dívidas, para prepará-las para a venda. Caso a operação se consolide, uma parte dos débitos das distribuidoras (R\$ 11,2 bilhões) será assumida pela Eletrobras.

O objetivo do governo é vender seis distribuidoras endividadadas, entre elas a Amazonas Energia, que acumula déficit de R\$ 15 bilhões. Para o presidente da comissão, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), a medida corrige questões estruturantes do setor, sobretudo ao per-



O relator, Julio Lopes (3º à esq.), e o presidente da comissão, Eduardo Braga (4º à esq.), ouvem os debatedores

mitir que União e Eletrobras absorvam parte da dívida das distribuidoras, desonerando o investidor.

— Essa MP é fundamental para corrigir questões fundamentais e estruturantes com relação às distribuidoras da Região Norte, possibilitando desatar nós do setor elétrico.

Braga, no entanto, fez a ressalva de que a medida sozinha não resolve a questão energética.

— Não é possível que a Região Norte seja desenvol-

vida com o sistema integrado unicamente com o setor privado. Não temos um mercado maduro para responder a isso.

## Sustentabilidade

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) discordou das chamadas medidas de saneamento das distribuidoras.

— A Amazonas Energia e a Eletrobras são um sistema interligado nacional e temos de pensar no todo. Se por um lado a MP resolve os problemas nas distribuidoras, por outro

cria um muito maior, porque estamos interligados — argumentou.

Para o presidente da Eletrobras Distribuição Amazonas, Tarcísio Estefano Rosa, a venda das distribuidoras é necessária para a sustentabilidade do sistema elétrico nacional.

— Existe um risco de um buraco negro na legislação e, se essa concessão desaparecer, teremos de pensar em uma Varig. O pior negócio é não ter um segundo dono — disse, lembrando a situação

da empresa aérea brasileira, que entrou em recuperação judicial em 2006 e encerrou suas atividades em 2010.

Rosa criticou a falta de clareza sobre o responsável pelas dívidas — se o governo ou a Eletrobras — caso as privatizações fracassem.

A medida revogou um dispositivo da Lei 10.848, de 2004, para excluir a proibição de privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias. Entretanto, isso não autoriza a privatização das concessionárias, o que somente ocorreria por meio de um projeto de lei aprovado pelo Congresso.

O relator da comissão mista, deputado Julio Lopes (PP-RJ), reforçou esse ponto.

— Essa MP poderia tratar de muitas coisas, mas não poderia colocar a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização, porque nós teríamos conflitos e demandas desnecessários para um debate já tenso.

Sobre a autorização para a privatização da Eletrobras, tramita hoje na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 9.463/2018, do Poder Executivo. O texto está em análise em comissão especial.

## Proposta obriga presidiário a ressarcir despesas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar, na reunião de hoje, proposta que obriga presos a ressarcirem ao Estado os custos de sua permanência nos sistemas prisionais.

O PLS 580/2015 altera a Lei de Execução Penal e determina que o ressarcimento deve ser feito independentemente das circunstâncias da prisão. Os presos que reunirem condições econômicas — como, por exemplo, condenados por corrupção, lavagem de dinheiro ou crimes financeiros — deverão pagar os custos em dinheiro. Os presos sem recursos poderão pagar as despesas com trabalho.

O autor do projeto, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), argumenta que, se a assistência material for suportada pelo preso, sobrarão recursos para serem aplicados na saúde, educação e infraestrutura do país.

## Gastos

O relator do projeto, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), afirma que o crime cometido pelo condenado gera gastos e despesas posteriores em desfavor do erário. Por isso, Caiado considera uma medida acertada e necessária o ressarcimento das despesas com a manutenção de um preso.

A proposta está aberta à opinião da população pelo Portal e-Cidadania.

Se o texto for aprovado pela CCJ e não houver recurso para análise em Plenário, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

## Crianças

Também estão na pauta da CCJ duas propostas que alteram a legislação para beneficiar crianças envolvidas em situações de violência e criminalidade ou cujos pais estejam cumprindo pena.

O PLS 358/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), torna mais rigorosa a punição do adulto que se aproveitar de criança ou adolescente para cometer crimes.

Segundo o texto, responderá pelo crime praticado por menor de 18 anos quem coagir, instigar, induzir, auxiliar, determinar ou, por qualquer meio, incentivar o delito. A pena será aumentada, nessas circunstâncias, da metade a dois terços. Também será ampliada a pena — de até a metade para da metade até o dobro — no caso de associação criminosa que envolva o uso de armas ou tenha a participação de criança ou adolescente.

Já o PLS 43/2018 visa garantir mais proteção social a crianças com pai ou mãe, ou

ambos, encarcerados. A autora, senadora Regina Sousa (PT-PI), argumenta que ante o crescimento da população carcerária feminina, é necessário que o Estado esteja atento a suas necessidades específicas e cuide para que a pena não seja estendida também aos filhos pequenos.

Pelo projeto, passa a ter preferência no atendimento (seletividade socioassistencial) a criança em situação de alta vulnerabilidade decorrente da prisão dos pais, assim como deve receber mais atenção a gestante privada de liberdade. O texto também estabelece incentivo à amamentação para a mãe encarcerada. A proposta determina ainda a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso dos presos e presas com filhos pequenos.

## Sabatina

A CCJ também deve sabatinar o juiz federal Valter Shuenquener de Araújo, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ser reconduzido a uma vaga no Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2017-2019. Ele já ocupou o cargo no biênio 2015-2017. O texto é relatado por Cidinho Santos (PR-MT).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Representando o Senado em viagem ao Oriente Médio, Fernando Collor (PTC-AL) visita nesta semana os Emirados Árabes Unidos. Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) da Casa, ele foi recebido pelo ministro da Defesa, Mohammed bin Ahmed Al Bowardi. Na pauta, análise do cenário internacional e dos conflitos na Península Arábica. A primeira embaixada dos Emirados instalada na América Latina foi a do Brasil, em 1991, quando Collor era presidente da República.

## Comissão do Código Comercial debate ambiente de negócios

A Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial faz hoje, às 14h30, uma audiência pública sobre a uniformização das regras sobre operações societárias e a redução dos prazos prescricionais. Também será discutida a melhoria do ambiente de negócios no Brasil, conforme as convenções internacionais. A audiência será interativa.

Foram convidados representantes da Fecomércio, do Conselho Federal da OAB,

da Associação Brasileira de Direito Marítimo e do Comitê Marítimo Internacional, entre outros.

A reforma do código tramita na forma do PLS 487/2013, elaborado a partir de sugestões de juristas. A comissão temporária é presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e tem como relator Pedro Chaves (PRB-MS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

# Governo defende recursos privados para logística

Em audiência na Comissão de Agricultura, diretor do Ministério do Planejamento afirma que margem de investimento público é pequena em razão dos gastos obrigatórios

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Agricultura (CRA), o diretor do Departamento de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento, Otto Luiz Burler da Silveira Filho, defendeu a necessidade de aumento da participação de recursos privados na matriz logística brasileira.

De acordo com Silveira, a celebração de contratos de parcerias público-privadas e de concessões pelo governo federal com a iniciativa privada é essencial para que o país possa modernizar sua estrutura de transportes adequadamente até 2025.

Ele relatou ações que estão sendo realizadas pelo governo para melhorar a qualidade dos transportes, como a modernização da gestão e o aperfeiçoamento do gasto público, do marco regulatório e do ambiente de negócios.

Para Silveira, mesmo tendo ocorrido queda no valor dos recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2015, em termos percentuais o valor destinado ao Ministério dos Transportes cresceu.

— Em 2012 o orçamento dos Transportes era de R\$ 11 bilhões, ou seja, 29% de um total de R\$ 40 bilhões [do PAC]. Já em 2016, 2017 e 2018, o orçamento dos Transportes, proporcionalmente, aumentou — disse ele.

## Conjuntura

Sobre a conjuntura atual da economia brasileira, com a redução da taxa de juros reais, a estabilização da inflação e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), Silveira avaliou que o cenário é propício para a atração de recursos pelo setor de transportes.

De acordo com o diretor, no



Medeiros e Cassol participam da audiência com Otto Silveira Filho, representante do Ministério do Planejamento

entanto, um dos principais entraves para o aumento de investimentos é o fato de 93% dos gastos do governo federal terem caráter obrigatório.

— De todo o gasto federal primário em 2016, que foi de mais de R\$ 1 trilhão, o PAC representou apenas 3%. Em 2017, representou apenas

1,5% — afirmou Silveira.

O presidente da CRA, senador Ivo Cassol (PP-RO), lamentou a falta de recursos para investimentos em rodovias.

Segundo Cassol, uma das causas dessa escassez de verbas é o elevado gasto do governo federal com o pagamento de servidores.

— Só me deixa triste verificar que o poder público num prazo de tempo muito curto vai ser meramente pagador de salário de servidor público. Pois, se você analisar os recursos de infraestrutura, 97% da receita da União está comprometida — disse Cassol.

## Comissão avalia relatório de MP sobre fundo ambiental

O relatório sobre a medida provisória que autoriza a criação de um fundo de compensação ambiental foi lido ontem na comissão mista que analisa a MP. O relator, senador Jorge Viana (PT-AC), é favorável à aprovação do texto.

A MP 809/2017 autorizou o Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental.

O fundo financiará unidades

federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental.

A compensação ambiental é paga pelos responsáveis por empreendimentos com significativo impacto ambiental, como a construção de grandes fábricas ou hidrelétricas.

## Teto de gastos

Viana explicou que esse fundo é vital para contornar os entraves criados pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos públicos. Segundo ele, o fundo

permitirá que vários projetos e programas de conservação ambiental possam ser executados, apesar do corte de orçamento determinado pela equipe econômica do governo.

Outro ponto importante da MP foi a autorização concedida ao ICMBio e ao Ibama para contratação de pessoal sem concurso público por até dois anos, para atividades como combate ao fogo, preservação ambiental e diversas outras ações de sustentabilidade.

O presidente da comissão mista, deputado Assis do Couto (PDT-PR), concedeu vista coletiva do texto e marcou para hoje a continuidade da reunião, com a possibilidade de votação do relatório de Viana, se houver entendimento.

Depois de passar pela comissão mista, a MP ainda terá de ser votada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. O texto tem de ser aprovado pelo Congresso Nacional até 22 de maio, sob o risco de perder a validade.

## Audiência debate corte de gastos para transporte ferroviário urbano

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debate hoje as consequências da redução orçamentária para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros.

No requerimento da audiência pública, a presidente do colegiado, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), chamou a atenção para o corte de quase 50% da verba prevista para o sistema de transporte, composto de metrô e veículos leves sobre trilhos (VLTs).

De acordo com a senadora, a redução de verbas pode afetar os metrô das regiões metropolitanas de todo o país, em especial de cinco capitais operadas pela CBTU: Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal.

“O governo federal tem sugerido que o sistema funcione em horário reduzido de segunda a sexta-feira e

não descarta a paralisação total desse serviço. Essa é uma notícia que afeta a vida da população mais carente que depende desse meio de transporte para chegar até o local de trabalho. Hoje já há o grande problema de superlotação nos transportes coletivos, imagine se esse serviço deixar de existir”, alertou.

Foram convidados para participar da reunião o diretor-presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, José Marques de Lima, e os superintendentes nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal, um representante do Ministério das Cidades e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rômulo Dante Filho.

A audiência pública será na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Ao lado do deputado Assis do Couto, Viana defende aprovação da MP

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Alteração em crédito para estados vai a Plenário

Projeto aprovado em comissão proíbe reabertura de prazo para municípios e estados contratarem empréstimos autorizados pelo Senado. Para autor, prorrogação prejudica responsabilidade fiscal

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que proíbe a prorrogação ou a reabertura de prazo para que estados, municípios e Distrito Federal exerçam seu direito de contratar operações de crédito. A proposta segue para análise do Plenário do Senado.

O autor do PRS 22/2016, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), alega que, depois que o Senado autoriza as operações, nem sempre os entes beneficiados exercem o direito no tempo correto. Tal situação, afirma o senador, tem obrigado o próprio Senado a prorrogar o prazo, o que não é bom do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

Segundo Ferraço, ao estipular o prazo máximo, está implícito o entendimento de que é o suficiente para a

adoção dos procedimentos burocráticos e administrativos inerentes à contratação da operação financeira.

“Esse é mais um problema que contribui para o enfraquecimento da responsabilidade fiscal no país. Vemos um desmonte sistemático das normas fiscais, consagradas nas resoluções do Senado e na Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado está aí: dívida pública crescente, retração dos investimentos e aumento do desemprego”, justifica Ferraço.

## Competência

O relator da proposta, senador Roberto Requião (PMDB-PR), concordou com o autor e emitiu parecer favorável ao projeto. Segundo ele, a fixação de um prazo máximo para a contratação da operação de crédito pressupõe o enten-



Presidente da comissão, senador Tasso Jereissati comanda reunião em que projeto de lei foi aprovado ontem

dimento de que a situação econômica e fiscal do ente beneficiado se mantém inalterada no período, de forma a não invalidar as condições do contrato. O parecer favorável foi lido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Pela Constituição, é competência privativa do Senado decidir sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de autarquias e entidades con-

troladas pelo poder público federal.

Já a Resolução 43/2001 do Senado prevê que, em empréstimo externo, o prazo máximo para a contratação é de 540 dias, a partir da vigência da resolução que autorizou a negociação.

## Avança regulação da atividade de guarda-vidas

Um projeto que regulamenta a atividade de guarda-vidas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o texto, será considerado guarda-vidas “o profissional apto a realizar práticas preventivas e de salvamento relativas à ocorrência de sinistros em ambientes aquáticos”.

Para exercer a atividade, o profissional terá que cumprir quatro exigências: ser maior de 18 anos, ter plena saúde física e mental, ter concluído curso de ensino fundamental ou equivalente e estar habilitado em curso de formação profissional específica. O curso deverá ser ministrado por escola técnica pública

ou privada e oficialmente reconhecida.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, 17 pessoas morrem por afogamento todos os dias no Brasil. O afogamento é a segunda maior causa de morte acidental do país, ficando atrás apenas dos acidentes de trânsito.

## Responsabilidades

Conforme o projeto, a contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador da piscina ou parque aquático. O contratante terá de providenciar seguro de vida e de acidentes em favor do guarda-vidas, com inden-

ização por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais que o guarda-vidas vier a sofrer no trabalho.

A exigência de guarda-vidas nas embarcações para transporte de passageiros, incluindo o turismo, ou em práticas recreativas será tratada em uma lei específica.

O relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), apresentou voto pela aprovação. O texto ainda será analisado pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

## Comissão vai debater restrição à Lei Rouanet

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará uma audiência pública para ouvir artistas e produtores culturais sobre proposta que proíbe a concessão de incentivos da Lei Rouanet a projetos culturais que incitem a prática de crimes ou atentem contra a moral pública. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem pelo colegiado.

O PLS 367/2017 foi apresentado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) em razão de duas exposições que geraram polêmica. Uma delas foi a *Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, que reuniu no Museu de Porto Alegre algumas obras acusadas de incitar a prática da pedofilia e da zoofilia e o

desrespeito a valores religiosos. A outra foi a performance de um artista nu no Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo, que interagiu com crianças.

A proposta de Lasier recebeu o apoio do relator, senador José Medeiros (Pode-MT), e estava na pauta da reunião de ontem. Mas a pedido da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que é contra o projeto, a votação foi adiada para a realização de uma audiência pública, ainda sem data marcada.

— O que é que define o que é moral e o que não é? Esse projeto é uma grave ameaça para o retorno da censura no Brasil — advertiu Lídice.

Para o debate serão convi-

dados o curador da mostra *Queermuseu*, Gaudêncio Fidélis, a produtora Paula Lavigne, que está à frente da campanha “#342 Artes — contra a censura e a difamação” e representantes dos ministérios da Cultura e da Justiça.

## Pronac

A proposta também modifica o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet, e proíbe a concessão de incentivo fiscal a projetos que possuam viabilidade comercial. O texto, no entanto, abre uma brecha para esses projetos, desde que sejam na forma de financiamentos reembolsáveis.

## Criação de vagas no TRE de São Paulo é rejeitada em colegiado

Por 15 votos a 4, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem a criação de cargos no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). O projeto (PLC 93/2017) havia recebido voto favorável do relator, Otto Alencar (PSD-BA), mas foi derrubado após mais de uma hora de debates. A proposta segue agora para o Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, devem ser criados 225 cargos efetivos — 96 de analista judiciário e 129 de técnico judiciário, 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas. As despesas decorrentes dos novos cargos correrão por conta das dotações orçamentárias do tribunal, prevê o texto.

## Crescimento

Os representantes de São Paulo, Airton Sandoval e Marta Suplicy, ambos do PMDB, defenderam a iniciativa, alegando que, entre 2005 e 2015, o estado teve crescimento de 4,5 milhões de eleitores, apesar de o tribunal manter há mais de dez anos a mesma estrutura de pessoal. Segundo eles, a corte não tem mais condições de funcionar adequadamente sem o reforço de funcionários.

Os argumentos não convenceram a maioria dos senadores. José Pimentel (PT-CE) questionou o alto número de cargos em comissão e funções comissionadas criadas sem concurso público.

Armando Monteiro (PTB-PE) lembrou que os gastos

com o Judiciário correspondem a 1,3% do PIB, índice muito acima do observado em outros países.

Para Jorge Viana (PT-AC) e Lídice da Mata (PSB-BA), houve incoerência dos senadores que votaram a favor da Emenda Constitucional 94, que limita o teto de gastos públicos, e que agora votam a favor do projeto.

— Votamos uma proposta de emenda que proibiu aumento de gastos e agora estamos votando aumento de despesas, criando cargos comissionados? Não acho isso adequado — disse Viana.

## Articulação

Marta afirmou que houve uma articulação contra São Paulo.

— Toda vez que o estado mais rico vem aqui pedir uma cooperação, há uma reação enorme, principalmente do Norte e Nordeste, que parecem que não entendem a dificuldade de São Paulo. É muito triste isso. Vejo que foi algo bem arrumado, a presença de vários senadores só para votarem contra — reclamou.

Lídice, Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Raimundo Lira (PMDB-PB) negaram qualquer tipo de tratamento diferenciado, lembraram o apreço ao povo paulista e o fato de muitas vezes terem votado a favor do estado.

— Senadora Marta, peço que não faça essa injustiça com o Nordeste brasileiro — pediu Tasso, que preside a comissão.

# Debate: falta pessoal para inspeção do trabalho

Audiência da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho apontou que falta de recursos e número insuficiente de auditores são os principais problemas da fiscalização

A FALTA DE auditores e de recursos financeiros são os principais problemas da inspeção do trabalho para atender todos os estados do Brasil, disseram especialistas em audiência promovida ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). O tema do debate foi “Os desafios para preservar, aprimorar e fortalecer o sistema de inspeção do trabalho no Brasil”.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Fernando da Silva Filho, afirmou que o Brasil ocupa a vice-presidência da Confederação Americana de Inspeção do Trabalho, mas os auditores ainda enfrentam a falta de segurança para atuar.

— Precisamos de apoio para blindar a inspeção do trabalho e sinalizar a importância das instituições envolvidas. O corte de 70% de recursos



Paim (4º à esq.) comandou o debate sobre os desafios para fortalecer o sistema de inspeção do trabalho

para inspeção fez com que 12 estados interditassem os trabalhos em 2017. Sem orçamento, não há execução. Além disso, não temos gente: um terço do quadro de auditores está vago — afirmou.

O procurador do Trabalho Paulo Moraes disse que é preciso garantir meios adequados para indenizar inspetores que gastam com alimentação, diárias e trans-

porte. Ele chamou a atenção para o emprego inadequado da Convenção 81/1947, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— A CLT é superficial e incompatível com a delegação de funções e a independência das ações de inspeção do trabalho. O que é previsto pela convenção não é o que acontece nas superintendências. Todos os postos de comando

da auditoria deveriam ser compostos por membros da carreira.

A indicação de políticos para a gestão das superintendências estaduais do Ministério do Trabalho também foi alvo de críticas. Para Moraes, o preenchimento desses cargos atende interesses de grupos empresariais, que não defendem os direitos do trabalho.

— Sob pena de crime de res-

ponsabilidade, os administradores devem abrir concurso público para preenchimento desse quadro — disse.

## Esquerda

Os especialistas ainda debateram a ideia de que discutir ações que promovem a saúde e a segurança do trabalhador é uma “causa de esquerda”.

Para o auditor-fiscal do Ministério do Trabalho Leif Raoni Naas, exercer o poder de polícia administrativa é função dos auditores-fiscais do trabalho.

— O empregador dá ordens e o empregador cumpre ordens. As ações de inspeção de trabalho não são pautadas pelo maniqueísmo, são profissionais especializados e comprometidos a embasar suas ações juridicamente — defendeu.

A audiência foi presidida por Paulo Paim (PT-RS), que também foi o autor do requerimento para a reunião.

# Importações para pesquisas científicas devem ser simplificadas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o relatório de Cristovam Buarque (PPS-DF) a uma proposta que pode desburocratizar a vida dos cientistas e pesquisadores brasileiros.

O PLS 133/2014 simplifica a importação de substâncias a serem utilizadas em pesquisas e projetos técnicos e científicos. Pelo texto, a importação dessas substâncias, entre elas padrões e reagentes analíticos, por pesquisadores credenciados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), deverá

ser autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por meio de procedimento simplificado e gratuito.

O procedimento será preferencialmente eletrônico, com prazos e quantidades máximas definidos em regulamento, devendo o pesquisador assinar uma declaração atestando a responsabilidade sobre a posse e o uso das substâncias que importar.

Cristovam citou o estudo *Custo Brasil: burocracia e importação para a ciência*, produzido pela Academia Brasileira de Ciências, em



Lúcia Vânia comandou a votação do projeto que desburocratiza a importação de substâncias para pesquisas

2014. Uma das conclusões da pesquisa, feita junto a cientistas de 13 estados brasileiros, é que a dependência de equipamentos e insumos de fora e as dificuldades que eles enfrentam para a importação

têm levado a quase totalidade deles a alterar os rumos das pesquisas.

— É imprescindível que a importação destas substâncias seja desburocratizada, algo célere e simplificado. A

produção do conhecimento científico caracteriza-se hoje pelo dinamismo, linhas de pesquisa podem tornar-se obsoletas com rapidez. É preciso acesso em tempo real a todos os recursos necessários.

## Dia do Radialista deve passar a ser em 21 de setembro

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o projeto que altera de 7 de novembro para 21 de setembro o Dia do Radialista. O PLC 118/2017 segue para o Plenário.

Como explicou a relatora, Ana Amélia (PP-RS), a mudança atende a uma reivindicação dos próprios radialistas, que preferem celebrar a data no dia 21 de setembro. Isso porque foi nesse dia, em 1943, que o então presidente Getúlio Vargas editou decreto estabelecendo pela primeira vez um piso salarial para a categoria, além de regulamentar a atividade.

— Isso é algo consagrado. Remete a eles à luta pelo reconhecimento e consolidação dos seus direitos — explicou.

A presidente da CE, Lúcia

Vânia (PSB-GO), formada em Comunicação Social, considerou a medida justa.

— Os radialistas atingem os mais longínquos rincões deste país, que falam a linguagem do povo, transmitindo-lhes informação e cultura.

A data atual, 7 de novembro, foi escolhida para homenagear o dia de nascimento do radialista, cantor e compositor Ary Barroso.

## Diploma

Ana Amélia mencionou que trabalhou durante muitos anos em emissoras de rádio no Rio Grande do Sul, como jornalista profissional. A senadora disse considerar um retrocesso a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que dispensou formação específica para o

exercício do jornalismo.

Ela lembrou que o Senado aprovou uma proposta retomando a obrigatoriedade do diploma para jornalista (PEC 33/2009), mas a análise da proposta encontra-se parada na Câmara.

O vice-presidente da CE, Pedro Chaves (PRB-MS), disse que os jornalistas precisam se mobilizar e pressionar o STF a rever o entendimento adotado pela Corte.

— Considero essencial a obrigatoriedade do diploma para que a atividade do jornalismo seja exercida. O fim da exigência foi algo realmente lamentável. O jornalismo possui técnicas próprias e, além disso, há a formação ética e cidadã, que pode fazer uma grande diferença no curso superior.

## Comissão aprova 18 de agosto como Dia Nacional do Estagiário

Projeto que estabelece 18 de agosto como o Dia Nacional do Estagiário no Brasil foi aprovado na Comissão de Educação (CE). O PLC 105/2017 segue ao Plenário.

A data foi a escolhida porque foi nesse dia, em 1982, que a Lei dos Estagiários (Lei 6.494) foi regulamentada. Em seu relatório, Telmário Mota (PTB-RR) disse entender o estágio como “um ato educativo da maior relevância, que favorece tanto os estudantes, ao proporcionar-lhes o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular necessária ao exercício do trabalho e da cidadania, quanto as empre-

sas, que se enriquecem com a oportunidade de absorver conhecimentos técnicos, culturais e sociais das novas gerações”. Ainda segundo o senador, a criação da data pode possibilitar uma reflexão mais acurada sobre a inserção dos estagiários no mercado de trabalho, pois muitos deles convivem com abusos e distorções que precisam ser evitados.

— Existem empresas que entendem que a participação do estagiário se limita à oportunidade de ter a seu alcance uma mão de obra barata, obrigando jovens estudantes a cumprir tarefas que extrapolam o objetivo da formação profissional.